

-----ATA N.º 8-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

----- Aos vinte e um dias do mês de dezembro de 2021, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no salão nobre dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1 - Documentos Previsionais e orgânica:-----

----- 1.1 - Proposta n.º 73/CM/2021 - Discussão e votação dos Documentos Previsionais para 2022 do Município de Torres Vedras – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal;-----

----- 1.2 - Proposta n.º 74/CM/2021 - Discussão e votação dos Documentos Previsionais para 2022 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras - Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal;-----

----- 1.3 - Proposta n.º 75/CM/2021 - Discussão e votação da proposta de alteração da estrutura orgânica, e do regulamento da estrutura orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras;-----

----- 2 - Proposta n.º 76/CM/2021 - Discussão e votação do projeto final da Operação de Reabilitação Urbana da Cidade de Torres Vedras TVD-79;-----

----- 3 - Proposta n.º 44/AM/2021 – Votos, Moções e Recomendações.-----

----- Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Manuel Rosa Correia, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segundo secretário).-----

----- Estavam presentes os deputados municipais que se passam a indicar:-----

----- António Augusto Ferreira dos Anjos, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Susana Maria Ribeiro das Neves, António Carlos Nunes Carneiro, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva, Rui José Prudêncio, Marta Filipa Sousa Gerales, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, José António do Vale Paulos, Maria Leonor Marques Marinheiro, Renato António Cabral Rodrigues Monteiro, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, António Fernando Alves Fortunato, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sónia Alexandra Ferreira Patricio, António João Leal da Costa Bastos, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Tomás Horta Lourenço, Ana Isabel Marques Fiéis, Andreia Filipa Alves Caldas, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António José Silva Alves, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Baptista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, David Alves Gomes Lopes, Artur Alexandre dos Santos Narciso, Carolina Antunes Cosme e João de Deus Elias.-----

----- Faltaram os deputados municipais Francisco Artur Gomes Corvelo e João Francisco Mota

Tomaz. -----

-----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara, Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Francisco João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira, Dulcineia Basílio Ramos e Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, em substituição do vereador Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco.-----

-----Como nota prévia e antes de dar a palavra ao público inscrito para intervir, o **presidente da Assembleia** agradeceu ao Executivo e aos serviços camarários envolvidos na elaboração do orçamento, pelo esforço em produzir os documentos num tempo curto mas adequado à gestão do município, a todos os deputados municipais pela forma unanime como se disponibilizaram para que esta sessão se realizasse, e à direção da Associação dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras pelo espaço e ajuda na preparação do mesmo. -----

-----Período aberto à Intervenção do Público. -----

**PARTICIPAÇÃO PÚBLICA:**-----

-----O *cidadão Jorge Manuel Sotto Maior da Costa*, começou a sua intervenção manifestando o seu desagrado pela não existência de meios audiovisuais e deu nota que nos últimos dois anos, derivado à situação pandémica, limitou a participação pública ao acompanhamento online, mas estava de volta. -----

-----De seguida teceu algumas considerações sobre o SCUT quanto aos terrenos onde era para ser o futuro estádio, no Casal do Carapau, e saudou a nova composição da Assembleia Municipal.-----

-----Prosseguiu lamentando que não consegue conciliar o horário da reunião pública do Executivo Municipal com a sua atividade profissional da qual sobrevive, por isso, e só por isso dirigiu-se à presidente de Câmara, uma vez que na última sessão constatou que fez corresponder o acréscimo de 25% da TGR, mais os 0,9% da água a €1,09 de aumento mensal para o consumo médio de uma família, para expor uma situação relacionado com o seu estabelecimento, consumidor não-doméstico, que gasta em média 1 m3 de água por mês, pelo qual paga €26,61.-----

-----Para finalizar e porque reside no Sarge, assinalou não ter entendido a ausência de um representante da autarquia na reunião que ali se realizou, e que contou com a participação de cerca de 200 cidadãos, sobre o alarme social e sensação de insegurança causada pelos inúmeros assaltos naquela aldeia. -----

-----A **presidente da Câmara**, relativamente à questão do consumo do espaço não doméstico disse ter conhecimento que já tinha sido tratado com a diretora delegada dos SMAS para que se proceda a uma avaliação dessas situações. -----

-----Quanto ao alarme social anotou que a autarquia estava devidamente informada e em estreito contacto com a GNR com quem reuniram, mas não lhe parece que fosse numa reunião com 200

peessoas onde as forças de segurança não estavam presentes, a melhor forma de resolver algo e as medidas que emergiram do problema foram tomadas de forma sensata.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PAUL:**-----

-----Como nota inicial o *cidadão João Pedro Marques Alves*, lamentou o facto de já por diversas vezes ter vindo ao plenário e nunca ter sido devidamente esclarecido, sugerindo após a resposta da presidente da Câmara, pudesse ser dado mais um minuto ao público, para esse efeito.-----

-----De seguida aludiu às reuniões do Executivo Municipal para dizer que deveria haver melhor divulgação pública das datas das reuniões já que o *site* do município não tem a melhor das leituras. Também questionou sobre a possibilidade das reuniões que não são públicas serem transmitidas online para além da sua ordem de trabalhos ser publicitada em edital, evitando que tivessem que percorrer todo o conteúdo das atas para saberem quais os assuntos tratados.-----

-----Relativamente à questão do Paúl, manifestou o seu desagrado com as respostas que ouviu na reunião que teve com a presidente da Câmara, pois no seu entender, atenta a importância dos espaços húmidos e dos ecossistemas que deles provêm, deveria ser a autarquia a alertar a Agência Portuguesa do Ambiente que estes crimes foram cometidos.-----

-----Disse ainda que o observatório dos pássaros que ali existe devia ser olhado como um refúgio sagrado, e se nada for feito na próxima reunião cá estará para propor a alteração do nome de Paúl porque deixará de existir o que dá lhe dá o nome, para “Pomar do Passos”.-----

-----Por último convidou os vereadores e um deputado municipal de cada partido para acompanharem uma visita que está prometida pela Valorsul à Estação de Transferência do Paúl para verem o que vai ali acontecer.-----

-----Relativamente ao *site*, a **presidente da Câmara** disse que poderá não ser muito apelativo e de fácil utilização, mas contém toda a informação, embora esteja previsto, fazer algumas melhorias já no próximo ano.-----

-----Relativamente às questões ambientais do Paúl deu nota que já reuniu com o cidadão e lhe transmitiu que, independentemente do que possam opinar, o que existe no local cumpre a legislação em vigor e não podem intervir.-----

-----Da responsabilidade do município lembrou que o Plano Diretor Municipal está em revisão e ainda haverá uma fase de discussão pública onde todos poderão fazer propostas de alteração devidamente fundamentadas, e esta questão de terrenos que devem ser ecossistemas a preservar, pode neste período colocada.-----

-----Sobre a visita às instalações disse que está prevista para janeiro já com a anuência da Valorsul mas por uma questão de saúde não deve ser composta por muitas pessoas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO - COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL - CALÇADA JUNTO AO CENTRO DE ARTES E CRIATIVIDADE:** -----

-----O cidadão **António Paulo Veloso Martins Bento**, iniciou a sua intervenção sugerindo que os serviços disponibilizassem no *site* atempadamente o orçamento e os planos de atividade para que pudessem ser consultados pelos cidadãos, antes de serem votados pelos órgãos autárquicos. -----

-----Nessa sequência e depois de ter tido acesso ao orçamento hoje em agenda, ficou com algumas dúvidas e assim veio questionar o que estava equacionado respeitante ao Complexo Desportivo Municipal, junto ao Campo Manuel Marques e no próprio campo cuja rubrica consta no orçamento com €1,00, mas que há muito tempo se anda a falar e vai sendo adiado constantemente. -----

-----A terminar, questionou se está prevista a correção da calçada junto ao Centro de Artes e Criatividade que está muito bonita, mas é incómoda para quem ali circula, sobretudo no transporte de doentes. -----

-----A **presidente da Câmara** esclareceu que a autarquia celebrou há um ano atrás um protocolo com o SCUT para obras de reestruturação no Campo Manuel Marques, que previa em 2021 a construção de um campo relvado e em 2022 um segundo campo, mas não houve essa possibilidade e está prevista a construção dos dois campos para o próximo ano. -----

-----Quanto à rubrica com €1,00 explicou que está aberta com vista à remodelação completa do estádio, para o qual está equacionado fazer um concurso e ideias. -----

-----No que se refere à calçada explicou que foi resultado de um projeto diferenciado e visava o abrandamento do trânsito, mas está muito irregular porque não foi bem executada, estando em curso um processo para fazer a alteração que deverá ser executada pela mesma empresa. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**-----

-----O primeiro Secretário, António Fortunato leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os cinco documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas. -----

**DOCUMENTO 1** - Carta de António Ferreira dos Anjos, de 17/12/2021 a comunicar, ao abrigo do n.º 4 do art.º 46ºB da Lei 169/99, de 18/09, na sua atual redação, do n.º 5 do art.º 13.º do Regimento, que a partir desta data, deixará de integrar o Grupo Municipal do PSD e passará a exercer o seu mandato como deputado municipal independente, e que se desvincula das funções de direção que exerceu até à data no referido grupo. -----

-----Sobre este assunto o **presidente da mesa** informou que o deputado municipal em causa não podia ser equiparado a grupo municipal, mas como deputado municipal independente teria direito a 3 minutos em qualquer dos assuntos, remetendo para a próxima reunião de líderes uma revisão da redistribuição dos tempos de intervenção. -----

**SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ALÍNEA C) DO ART.º 18.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:** -----

DOCUMENTO 2 - E-mail do presidente de junta do Ramalhal, António Espírito Santo, de 10/12/2021 a informar que não pode estar presente por motivos familiares, indicando o seu substituto legal, João de Deus Tomás Elias, para o substituir. -----

**SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:** -----

DOCUMENTO 3 - E-mail de Sérgio Augusto Nunes Simões, de 9 de dezembro, a informar que por se encontrar em recuperação à COVID-19, não estará presente à sessão, e nesse sentido solicita a sua substituição. -----

----- Seguindo os procedimentos legais encontrava-se presente Artur Alexandre dos Santos Narciso.

DOCUMENTO 4 - E-mail de Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, de 21/12/2021, a informar que por motivos de ordem familiar não poderá estar presente, solicitando a sua substituição. -----

----- Seguindo os procedimentos legais encontrava-se presente Carolina Antunes Cosme. -----

**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:** -----

DOCUMENTO 5 - E-mail de Francisco Artur Gomes Corvelo, de 21/12/2021, a solicitar justificação da sua ausência, por motivos de doença. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida. -----

**ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA E ECOCENTRO DO PAÚL:** -----

----- A deputada municipal **Ana Teresa Carvalho** disse que vinha dar continuidade ao assunto sobre o qual o grupo municipal a que pertence apresentou requerimento na sessão anterior, o qual solicitaram que fosse dado a conhecer a todos os membros da Assembleia Municipal, mas como apenas ela recebeu resposta, passou a ler o referido documento: -----

----- “Considerando todos os antecedentes, e a escassa informação que os deputados municipais e todos os torrienses têm (ou não têm), sobre todo o contexto da localização e funcionamento, bem como o custo benefício de uma Estação de Transferência (ET) e um Eco Centro (Ec), junto ao Centro Operacional Municipal (COM), à entrada do Paúl junto a um dos principais acessos (EN9) da cidade de Torres Vedras. -----

----- Atentos ainda às referências e citações sobre este processo, de elementos não existentes e/ou nunca disponibilizados para consulta, de informações, bem como referências contraditórias, solicitamos que seja distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal, todos os Estudos, Projetos, Contratos e outros documentos relativos a este assunto, tais como: -----

----- a) Estudo(s) da Localização desta instalação, com alternativas e com modelos comparados de custo benefício, soluções técnicas, impactes sobre a qualidade de vida das populações; -----

----- b) Estudo(s) de Mobilidade e de segurança, de tráfego, de acesso direto à ET e ao Ec, e de

circulação na EM10S9-1 e EN9 (custo-benefício para as populações do concelho);-----

-----c) Projeto da VALORSUL para a instalação naquele local e todos os documentos conexos; ----

-----d) Estudo(s) Económico(s) relativos aos transportes e circuitos de recolha de resíduos, recolha capilar (pela CMTV a partir dos produtores, cidadãos do concelho) até á ET e Ec; a entrega, descarga de resíduos em viaturas particulares, por parte dos munícipes torrienses no Ec; a recolha e transporte “em alta” da ET e Ec para outras instalações (da Valorsul, na Resioeste no Olho Polido e Incinerador em Loures e outras). -----

-----Custos de transporte associados a todas as soluções, que tenham sido avaliadas e analisadas, bem como os custos com a TGR (Taxa de Gestão de Resíduos), comparados, face às várias soluções, de destino final Aterro e Incineração. E ainda quanto á solução de destino final e gestão de resíduos mais económica onde a TGR é zero €, que é a Valorização quais as previsões no desvio de resíduos de aterro, tais como:-----

-----i) o incremento e melhorias das condições da Recolha Seletiva de fluxos de resíduos como papel, plástico, metal, vidro, etc, nos Ecopontos e outros sistemas eventualmente mais eficientes e de maior proximidade dos cidadãos (o PA’yT e outros);-----

-----ii) o que está previsto para a recolha seletiva e encaminhamento (locais de estabelecimentos como cantinas, restauração, etc -----

-----e) Acordos, contratos e outros documentos que esclareçam a relação contratual, relativa também á exploração e á gestão daqueles espaços, entre a CMTV e a VALORSUL, projeto de obra da VALORSUL da ETe EC do Paúl, no espaço da CMTV. -----

-----Por último informou que apenas recebeu resposta à alínea c). -----

-----Em resposta e relativamente à documentação solicitada, a **presidente da Câmara** informou que os estudos referidos nas alíneas a), b, e d) não são obrigatórios, ainda não existem acordos/contratos com a Valorsul referidos na alínea e), mas os documentos existentes (alínea c) foram disponibilizados. -----

-----O **presidente da mesa** aproveitou para informar que as respostas são dadas a quem as solicita, mas também serão disponibilizados na área reservada do *site*, onde todos têm acesso.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**CONGRESSO DA ANMP - CRIAÇÃO DE UMA NOVA NUT II:**-----

-----O **deputado municipal António Carneiro** lembrou que no mandato anterior a Assembleia Municipal aprovou uma moção sobre o assunto em título, manifestando a sua satisfação por ter visto no Congresso da ANMP que o governo vai propor a criação de uma nova NUT - Nomenclaturas de Unidade Territorial - II a integrar as CIM - Comunidades Intermunicipais (NUT III) do Oeste, Lezíria e Médio Tejo. -----

-----Teceu algumas considerações sobre falta de respeito que a CCDDR Centro tem tido pelo Oeste

quanto à promoção dos seus produtos, esperando que com esta NUT II possam trabalhar com Vale do Tejo/Ribatejo no sentido de voltarem a recuperar a sua identidade. -----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes*, disse que de certa forma o colega antecipou a sua intervenção, pois também ficou contente que a propósito da iniciativa que tiveram no mandato anterior, o primeiro-ministro tenha anunciado que já estavam em negociação com Bruxelas.-----

-----Aproveitou para deixar a nota que, esta nova unidade territorial poderá ser interessante para Torres Vedras mas nesta fase do quadro comunitário de apoio 20/27 ainda precisam da zona centro pelo que terá que haver negociação e não podem deixar perder esta região. -----

-----Assim deixa o seu alerta, para qualquer que seja o próximo governo a partir de 30 de janeiro do próximo ano, mas também para que os deputados municipais recém-eleitos para a Assembleia da OesteCIM possam sensibilizar para a situação que referiu. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**TOPONIMIA:** -----

-----O *deputado municipal António Carneiro* lembrou que no mandato anterior foi aprovada toponímia para o Coronel Vítor Alves que ainda não foi concretizada.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ACOLHIMENTO DE JOVENS DO AFGANISTÃO:** -----

-----O *deputado municipal António Carneiro* proferiu algumas palavras sobre o acolhimento que Portugal fez a 270 jovens músicos do Afeganistão, que muito o comoveu e que o fez acreditar que afinal talvez algo melhor ainda seja possível. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**LINHA DO OESTE - RUNA:** -----

-----O *deputado municipal Humberto Gomes*, lembrou que na última reunião, quando questionada sobre o ponto de situação dos estudos para um projeto alternativo para a subestação elétrica, deslocação do apeadeiro de Runa e para a passagem superior, a edil respondeu que iria ter uma reunião com as Infraestruturas de Portugal, pelo que o grupo municipal a que pertence gostaria de saber se já pode facultar mais informações.-----

-----A *presidente da Câmara* confirmou que reuniu com esta entidade, onde discutiram diversos assuntos, mas sobre a questão em causa ficaram de acertar uma data para apresentarem o projeto para Runa, que deverá ocorrer no início de janeiro. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CAMPEÃ MUNDIAL DE JIU-JITSU:** -----

-----A *deputada municipal Marta Gerales*, expressou os seus parabéns à atleta torriense Rafaela Rosa que se tornou campeã mundial de Jiu-Jitsu, para o qual contou ao longo dos anos com o apoio da autarquia para que pudesse chegar a este objetivo. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**“ESTE NATAL COMPRE NO COMÉRCIO TRADICIONAL”**:-----

-----A *deputada municipal Marta Gerald*es, disse que foi com grande satisfação que assistiu a um grande movimento na cidade nos últimos dois fins-de-semana muito à conta da devolução de parte do valor gasto através da campanha promocional de estímulo às compras no comércio tradicional, segundo a qual por cada € 20,00 em compras, o cliente tinha um vale de € 5,00, sinalizando que no próximo ano poderiam haver alguns ajustes tendo em conta que os vouchers acabarem cedo, mas a iniciativa correu bem e a Câmara Municipal estava de parabéns.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**MOBILIDADE E TRÂNSITO**:-----

-----Sobre o tema em título a *deputada municipal Marta Gerald*es começou por frisar que a política para o PSD nada significa se não representar a melhoria das condições de vida concretas do povo português e neste caso dos concidadãos torrienses.-----

-----Nessa sequência frisou que hoje e neste período de Natal é claro que as soluções de mobilidade preconizadas pela autarquia ao longo dos anos falharam em toda a linha pois, atravessar a cidade de norte a sul e não só em hora de ponta é um suplício neste momento, o estacionamento não está todo organizado e a clara falta de lugares já não acontece só e apenas em horário diurno, mas também agora no período noturno, essencialmente no centro histórico.-----

-----Referiu que o TUT se devia ajustar à realidade do concelho, pois muito embora reconheçam alguns dos avanços que têm sido feitos nos circuitos, é preciso transformá-los num produto mais apetecível e atrativo à população em geral, afirmando que todos querem vir de carro particular para o centro, e por isso é preciso ter e tentar uma solução no mínimo tão boa como usar a viatura particular.-----

-----Defendeu ainda que falar de mobilidade implica também falar nas mudanças do sentido de trânsito ocorrido no passado no Centro Histórico que acabaram por transformar o mesmo numa ilha longínqua, e esta mudança tem uma fatura a pagar - a falta de vivacidade do Centro Histórico traduzido numa lenta agonia e morte do comércio tradicional - e a autarquia não pode nem deve ficar resignada a posições anteriores, mas sim reconhecer alguns dos erros que foram feitos e avançarem todos juntos em soluções para um futuro mais risonho.-----

-----Por último disse que reconhecer soluções é reconhecer o erro na obra do Choupal, obra esta que resultou numa fronteira atualmente lenta entre a cidade e a sua fronteira norte, mas a busca de soluções reformistas não passa só por grandes obras e viadutos, passa também pelo abandonar de amarras arquitetónica e reconhecer para aumentar a largura da via junto à Ermida da Nossa Sra. do Ameal, que resultará numa melhor mobilidade para todos.-----

-----A *presidente da Câmara* tomou nota da exposição da deputada e aproveitou para comentar



que os parques de estacionamento subterrâneos estão muito vazios e à superfície cheios.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**EDIFÍCIO JUNTO AO MERCADO MUNICIPAL:**-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* questionou se a edil tinha alguma novidade sobre o edifício em título que perdura há anos e há anos que o município procura uma solução.-----

-----A *presidente da Câmara* disse nada de novo ter para informar, mas crê que entrou na Divisão de Gestão Urbanística para análise de uma proposta de alteração para que a obra pudesse continuar que confirmaria com os serviços e partilharia com a Assembleia Municipal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**TRANSFORMA ASSOCIAÇÃO CULTURAL:**-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* indagou sobre a situação atual da Transforma, qual o montante total do investimento e qual o valor exato que a Câmara Municipal despendeu e se o Executivo já pensou qual será o futuro do imóvel.-----

-----A *presidente da Câmara*, informou que esta associação está numa situação de insolvência, já tendo manifestado vontade de alienar o imóvel, que é correspondida pelo município, mas com uma hipoteca que terá que ser solucionada, não será fácil.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PAÇOS DO CONCELHO - POSTO DE TURISMO:**-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo*, deu nota que numa recente reunião de líderes que tiveram nos Paços do Concelho, agora sede da Assembleia Municipal, o presidente da Assembleia disse que era o contributo deste órgão para estarem mais perto do centro histórico, mas teve conhecimento da intenção de retirar o Posto de Turismo deste espaço, questionando, a ser verdade, para onde.-----

-----A *presidente da Câmara* esclareceu que o posto vai voltar para o lugar onde estava, unindo os serviços da Marca Torres Vedras e Turismo, uma vez que não teve a adesão das pessoas como esperado aos Paços do Concelho, e ocorrerá no fim do ano.-----

-----Agradecendo a explicação, o *deputado municipal Pedro Castelo* mostrou ainda algumas dúvidas quanto à mudança, já que o Posto de Turismo funcionou durante dois anos naquele espaço, achando temporalmente curto para aferir a adesão ao mesmo e também não percebe como se vão operacionalizar estes dois serviços num espaço tão diminuto.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**APOIO PARA ALUGUER DE VARREDOURA - JUNTA DE SANTA MARIA, SÃO PEDRO E MATAÇÃES:**-----

-----Na sequência da sessão anterior o *deputado municipal Rui Estrela* questionou se a edil já sabia o prazo do aluguer em título.-----

-----A **presidente da Câmara** informou que será pelo período de um ano. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

### **APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIO DO TURCIFAL:-**

-----Também na sequência do que solicitou na sessão anterior o *deputado municipal João Bastos* agradeceu o envio da avaliação do terreno em título, lembrando que estavam a falar de um terreno com 1,3 h, atravessado por uma linha de água, que custou €360.000,00 ou seja €27,00/m<sup>2</sup>, situado junto de um cemitério, e assim, mesmo que caibam lá os 18 lotes referidos na avaliação e sobre o qual tem algumas dúvidas, teriam de vender cada lote até €40.000,00, ou seja até este valor estão a perder dinheiro. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

### **PLANO DE URBANIZAÇÃO DE TORRES VEDRAS:** -----

-----O *deputado municipal João Bastos*, disse que foi muito pouco divulgada a discussão pública do plano em título, não considerando normal só ter tido 3 observações, duas delas de sua autoria, para além de não ter visto no Badaladas o anúncio desse período. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

-----Período da Ordem do Dia. -----

## **1 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS E ORGÂNICA:** -----

### **1.1 - PROPOSTA N.º 73/CM/2021 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2022 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL:**-----

-----Presente ofício número 7862 da Câmara Municipal de Torres Vedras 10/12/2021 a remeter, em conformidade com o deliberado por maioria pelo Executivo nesta mesma data, os documentos em título. -----

-----A **presidente da Câmara** referiu que para 2022 têm um orçamento €67.707.000,00, ou seja, ligeiramente abaixo do ano passado, que corresponde às estratégias do PS de desenvolvimento para o município e compromissos assumidos quer anteriormente quer para este mandato. -----

-----Declarou que o parque escolar continua a ser uma prioridade de investimento e nessa sequência em 2022 irão dar continuidade às empreitadas do Centro Escolar do Ramalhal e da Escola Básica da Freiria, dar início à construção da Escola Básica da Silveira, e avançar com a elaboração do projeto para Escola Básica de A-dos-Cunhados. -----

-----Os cuidados de saúde são outra das prioridades, e assim vão reforçar a rede de unidades de saúde de baixa densidade, desenvolvendo os projetos para as Unidades de Saúde Familiar de Runa e Ramalhal e iniciar a obra da unidade de S. Pedro da Cadeira. -----

-----Assinalou que o plano plurianual de reabilitação da rede viária municipal e arruamentos, também um compromisso para este mandato, foi reforçado, destacando a adjudicação da elaboração do

projeto da ligação da A8 à área empresarial das Palhagueiras, aprovada hoje pelo Executivo.-----

-----Em termos de equipamentos, está em curso requalificação da Azenha da Ponte, em núcleo museológico, reabilitação do edifício do Karting em Santa Cruz para Museu Jurássico, recuperação dos postos do guarda fiscal, na Assenta com a conclusão do futuro Centro Interpretativo da Reserva natural Local Foz Azul e em Porto Novo início da construção do Centro para a Sustentabilidade do Mar e Zona Costeira. -----

-----Por último referiu que a Estratégia Local de Habitação, assume um papel importante no desenvolvimento de Torres Vedras e nesse sentido irão dar início ao trabalho através da compra e de recuperação de alguns edifícios, para que se possa chegar àquelas famílias que são mais carenciadas ou aos jovens, o mesmo relativamente aos migrantes sobretudo para alojamento de carácter temporário, assim como dar início à construção das residências universitárias no centro histórico, e pugnarão pela reabilitação do antigo edifício dos SMAS para as instalações da Escola Superior de Saúde. -----

-----O *deputado municipal António Carneiro* disse que residiu 2 anos na Assenta, e nessa altura teve oportunidade de participar numa reunião com o presidente da junta sobre o posto do guarda fiscal da Assenta, onde discutiram a funcionalidade do centro interpretativo, no sentido de não vir a ser mais uma despesa, devendo ser acompanhado de algo mais convidativo que traga movimento ao mesmo. -----

-----A *deputada municipal Marta Geraudes* anunciou que a bancada municipal do PSD, após análise dos documentos, irá votar contra, mas que este voto contra não se deve apenas a serem oposição, deve-se a um pensamento político e estratégico para o município completamente diferente do proposto no orçamento.-----

-----Assim assinalou que em números gerais as receitas diminuirão 2%, porque também têm cerca de menos 5 milhões de euros em transferência de capital e as despesas por sua vez diminuirão 2% essencialmente pela redução em aquisição de bens de capital, pelo que importa que as pessoas tenham noção de um orçamento global de 67 milhões de euros, inferior a 2021 em cerca de 1 milhão de euros, essencialmente pela ausência de obra em curso.-----

-----Salientou que 75% do orçamento corresponde a despesa correntes, quão grande já vai o sustento da máquina municipal, muito além do necessário para um município que se quer investidor, empreendedor e sempre em evolução e melhoria constante. -----

-----Sabem que muitas destas despesas correntes prendem-se com os custos inerentes a todos os museus, centros interpretativos e infraestruturas camarárias descentralizadas, inauguradas, ano após ano, mas interrogam-se se será do interesse municipal continuar a construir este tipo de infraestruturas como o anunciado museu jurássico no Karting de Santa Cruz. -----

-----Salientou ainda que está previsto em orçamento mais de 500 mil euros para o funcionamento

do Centro de Artes e Criatividade e que 64% dos gastos em cultura em 2022 são neste equipamento.

----- Neste orçamento prevê-se também um acréscimo de receitas correntes em 5 milhões de euros em que só os impostos diretos aumentam 16%, lembrando que o PSD sempre defendeu que a redução da taxa de IML não iria trazer uma redução do montante das receitas dos impostos diretos e aqui está a prova. -----

----- Disse não ser de estranhar que está previsto um aumento das despesas correntes superior ao aumento das receitas correntes, principalmente justificadas pelos custos de pessoal que cresce em 6% e com aquisição de bens e serviços que aumenta 22%, ou seja 3 milhões de euros. -----

----- No que concerne aos poucos investimentos orçamentados para 2022, e lembrando que já passaram mais de 14 anos que começaram o parque escolar, não se vendo fim à vista, frisou que o único centro escolar que irá estar em construção é o do Ramalhal. Está previsto iniciar EB da Silveira com termino em 2024, mas ainda não iniciaram a obra de A-dos-Cunhados e Sarge, com rubricas abertas com €1,00 para dar o sinal de intenção por parte da Câmara Municipal, mas apenas conseguem sentir como falsas esperanças transmitidas aos cidadãos. -----

----- Manifestou a preocupação do PSD relativamente ao facto de a remodelação do antigo edifício dos SMAS para politécnico com a Escola Superior de Saúde, não ter nem previsão do inicio de obra nem financiamento assegurado. -----

----- Na saúde referiu que as unidades de saúde familiar do Ramalhal e Runa também não têm financiamento garantido nem previsão do inicio de construção, quando a saúde é um tema premente de extrema importância para todos os que vivem em Torres Vedras e apenas está orçamentada a verba de €14 mil euros no protocolo de cooperação com o CHO. Sabem que a competência não é da autarquia, mas ouvem todos os dias as dificuldades sentidas não só a nível dos recursos humanos, mas também de infraestruturas. -----

----- Fez notar que apenas 2% do orçamento é dedicado à saúde e percebem que com as eleições autárquicas ultrapassadas, muito foi anunciado, mas pouco vai ser realizado a curto prazo, sendo exemplo disso não existir previsão para o inicio da obra nem financiamento para a renovação do antigo hospital do barro, e apenas e só estar previsto o inicio da unidade de saúde familiar de São Pedro da Cadeira. -----

----- Por último sugeriu que o município devia renegociar as taxas dos empréstimos para a construção das escolas assim como para a aquisição de imóveis, que estão exageradamente altas.

----- Por sua vez o *deputado municipal Jorge Santos*, líder do grupo municipal Unidos por Torres Vedras - Movimento Cívico, assinalou que continuidade é o propósito e a lógica subjacente aos documentos em apreço e que relativamente a algumas áreas, designadamente, na área da educação e no domínio social, no plano das medidas destinadas ao apoio às famílias e aos sectores económicos da sociedade mais afetados pela pandemia, estão de acordo com as medidas, ainda

que entendam que algumas delas poderiam ser mais bem desenhadas e mais ambiciosas. -----

----- Já no que concerne à área da saúde e da rede viária municipal e arruamentos estão em profundo desacordo, sendo convicção deste movimento cívico que esta obstinação/manutenção de opções nesta lógica de continuidade, que não vão ao encontro do interesse das populações, resulta da conjugação de vários fatores - obediência cega e acrítica às determinações partidárias; dependência subserviente do poder central; falta de estratégia; e erros crassos no direcionamento dos investimentos municipais e erróneas e criticáveis opções em diferentes áreas, designadamente a nível económico e financeiro, por parte da Câmara - cujas consequências o concelho, lamentavelmente, já está a sofrer e que correm o risco de ver aprofundarem-se e de acentuar-se a diferença relativamente a outros territórios com características semelhantes. -----

----- Frisou que este é o resultado do afastamento por parte das estruturas partidárias e dos órgãos de poder, face às populações, aos seus interesses, às suas necessidades e aos seus anseios. -----

----- Assim explicou que estão a analisar um orçamento de €67.707.000,00 com os seguintes valores: receitas Correntes: €53.827.814,00 e Receitas de Capital: €13.879.186,00 e despesas Correntes: €51.050.255,00 - despesas de Capital: €16.656.745,00, que está equilibrado e até evidencia um bom princípio de as receitas correntes financiarem despesas de capital, todavia, a margem/diferença entre receitas e despesas começa a ser já relativamente curta. -----

----- Mais explicou que razões para o mesmo são fundamentalmente duas, ou seja, o valor das despesas com pessoal: €22 411 392,50 e aquisição de bens e serviços: €17 643 400,40, que totaliza: €40.174.792,90 e se ao valor total das receitas orçamentadas - €67.707.000,00 – abaterem cerca de €7.000.000,00 de empréstimos, aquele valor reduz-se para €60.000.000,00, sendo fácil de concluir que cerca de 2/3 do orçamento são gastos em despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços o que consideram excessivo, e pode determinar a hipoteca do futuro coletivo de todos pela reduzida capacidade de poder contrair empréstimos. -----

----- Assegurou que já neste momento, estas opções estão a provocar constrangimentos e a ter reflexos negativos pois estão a aprovar planos municipais que não têm o devido cabimento no orçamento, como por exemplo o Plano Florestal Municipal. -----

----- A este propósito trouxe igualmente à colação o Hospital de Torres Vedras – CHO – e o Hospital do Barro, já que a Câmara Municipal muito tem falado em fazer obras no hospital – mesmo sem serem da sua competência – e de recuperar o Hospital do Barro, para instalar serviços do atual hospital, todavia, o orçamento, para dar cumprimento àquelas intenções apenas contempla para o Hospital de Torres Vedras €14.371,00, para terminar o AVAC e para o Hospital do Barro: €300 000,00, o que atenta a sua dimensão é manifestamente pouco. -----

----- Pelas razões já explicitadas, de que ressalta o elevado endividamento bancário, destacou que entre outubro de 2005 e setembro de 2016, foram realizados dez empréstimos, no valor total de €

21.538.170,00 e entre dezembro de 2016 e setembro de 2021, foram contratualizados quinze empréstimos no valor de €23.002.292,00. -----

-----Acrescentou aos factos atrás mencionados, que a Câmara Municipal aceitou várias competências da administração central, sem ter assegurado a respetiva cobertura orçamental, pelo que corre o risco de não dispor de verba para fazer face às despesas previstas com pessoal, sem esquecer, a este nível, que estão também previstas mais contratações para o quadro de pessoal da Câmara Municipal, que já ultrapassa os 1100 colaboradores, em lugar de se optar pela requalificação profissional, para fazer face às atuais necessidades. -----

-----Por todas estas razões, o grupo Municipal Unidos por Torres Vedras - Movimento Cívico, votará contra o orçamento de 2022. -----

-----O *presidente de junta de freguesia de Ponte do Rol*, **Pedro Vaza** pediu a palavra dizendo que neste órgão deliberativo tem tido uma postura regional e em defesa da freguesia que preside e assim tinha que lamentar que a reunião que costuma fazer com a edil previamente à elaboração do orçamento não se tenha realizado, pelo que terá que abster-se, não sabendo se devia votar a favor ou contra, situação que gostava que não voltasse a acontecer. -----

-----O *deputado municipal* **Pedro Castelo** indicou que o CSD/PP estava à espera um orçamento mais ousado no início de um novo mandato, ainda mais presidido por alguém novo à frente no Executivo torriense. -----

-----Declarou que é nesse sentido que vê neste orçamento mais receita, através de impostos, mas sem haver mais e melhor investimento e apesar de um aumento dessa receita constata, que existe um sufoco financeiro por parte da autarquia com pouca capacidade de financiamento, através mesmo do endividamento bancário que é por si só esclarecedor de uma dependência extrema em despesas correntes num valor acima de 70%. -----

-----Continuou dizendo que no meio de tantas rubricas nestes documentos tão extensos, chamou-lhe a atenção, haver um crescimento brutal em mais de 20% na aquisição de bens e serviços e o facto de num orçamento de 67 milhões, apenas 2% deste valor serem afetos à saúde. -----

-----Pelo exposto assinalou que este nunca seria o orçamento do CDS/PP, no qual divergem em muitas das prioridades escolhidas, e porque é um orçamento com muita intenção e muito pouca concretização, atrevendo-se a dizer que é um dos piores orçamentos da história deste município desde que se realizam eleições para as autarquias desde 1976, vai votar contra. -----

-----O *deputado municipal* **Rui Estrela**, interveio para fazer um sublinhado do que foi dito pelo seu líder de bancada no que toca às despesas com pessoal que crescem 6,6% de 2021 e se juntarem o incremento de honorários nestes dois anos então estão a falar de um crescimento de 9,4% destas duas rubricas, valor que considera altamente significativo e não vê de imediato uma justificação para o mesmo. -----

-----Deixou como sugestão ao Executivo, fazer uma análise comparativa do histórico da evolução das rubricas principais e indo ao encontro do que foi referido hoje pelo público, que os documentos possam ser apresentados publicamente para que todos saibam o que está a ir à Câmara e Assembleia, no que diz respeito aos números do município.-----

-----Para responder a algumas questões foi dada a palavra à **presidente da Câmara** que desde logo salientou que o orçamento em discussão é o do PS, que ganhou as eleições, e ninguém esperaria que fosse coincidente com as propostas dos outros grupos, sendo por isso normal que estas não sejam as suas prioridades e que votem contra.-----

-----Relativamente às questões com pessoal, não crê que seja critério para avaliar, um orçamento de uma instituição como a Câmara Municipal de Torres Vedras porque grande parte do pessoal (cerca de metade) trabalham nas escolas e nos centros de saúde, a partir do momento em que passou a ter essas competências. Deste modo pediu para serem racionais nesta análise pois ninguém diz que quer ter menos funcionários nas escolas, quando na realidade cada vez são necessários mais recursos.-----

-----Da mesma forma em relação às despesas correntes, tendo em mente que as autarquias são cada vez mais prestadores de serviços à sua população, com uma vasta componente social, no caso vertente muito significativa e reconhecida, mas que acarreta despesa corrente, tendência que não vão reverter e tem reflexos no orçamento, e não se pode analisar o orçamento como há 20 anos atrás, quando as condicionantes não eram estas.-----

-----Sobre a referência feita à construção de equipamentos, solicitou que deve ser feita uma avaliação global, e não apenas pelo número de visitantes, mas por toda a envolvimento e pelo desenvolvimento que conferem ao espaço que estão inseridos. No tocante ao Choupal, lembrou que antes de ser feito havia uns dramas, mas hoje não há ninguém que não diga que foi uma obra excelente que requalificou completamente aquela zona da cidade e proporcionou aos residentes e aos públicos que trazem, melhoria das condições de vida e bem-estar.-----

-----Debruçando-se sobre as questões colocadas sobre a saúde e no que concerne à USF de S. Pedro da Cadeira, fez questão de dar nota que será o município a avançar a expensas próprias, uma vez que nesta altura não têm garantia de financiamento, mas não vão ficar á espera, por conseguinte não é liquido que investem em centros Interpretativos e deixam a saúde de lado.-----

-----Quanto às verbas do plano municipal de dessa da floresta contra incêndios informou que estão previstas no plano para 2022, no âmbito da atividade do gabinete técnico florestal.-----

-----Sobre as obras a realizar no barro para eventual acolhimento de algumas valências da Unidade Hospitalar de Torres Vedras, assinalou que uma das hipóteses a considerar foi deslocar algumas consultas externas para uma parte do edifício. Por outro lado, sempre foi objetivo instalar ali outra unidade de saúde familiar, hipótese que já foi trabalhada com o ACES Oeste Sul e a ARSLVT

fazendo com que o espaço atual fique mais folgado para uma única unidade de saúde. -----

-----Deu nota ainda que há possibilidade, através do PRR vir a arranjar uma pequena fatia que permita fazer alguma obra na parte nova do edifício que antes de ser desativado já estava a funcionar como zona de consultas, estando para esse efeito orçamentados 300 mil euros. -----

-----Pegando na resposta sobre a política orçamental do PS, sufragada em setembro o *deputado municipal Luís Carlos Lopes* disse que ainda assim a edil não deve sentir-se confortável pois há pelo menos 3 mandatos que o parque escolar anda para ser terminado o que provavelmente só acontecerá em 2027. -----

-----Disse que no documento em análise surpreendeu-o serem previstos já compromissos de 18 milhões para 2022, o que pode diminuir a capacidade de manobra da Câmara Municipal. -----

-----Referiu-se a um aspeto mais concreto, algo que já fez referência no ano passado, e que tem a ver com a Unidade de Comunicação e Marca, porque não consegue entender que tenha uma rubrica que englobe serviços de refeições, alojamento honorários e caches, etc solicitando que a mesma seja diferenciada e não uma amálgama de coisa que não são misturáveis.-----

-----Manifestou-se agradado por constar em PPI de uma forma diferenciada, as requalificações das estradas municipais previstas, esperando que seja sempre assim para que todos consigam atempadamente saber as obras em agenda.-----

-----A terminar indicou que obviamente as contas têm que dar certo, mas tal como na vereação, o grupo municipal do PSD não tem capacidade de votar a favor pelas razões aduzidas. -----

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio* assinalou que os orçamentos de início de mandato, são os mais difíceis pois a tentação de fugir ao foco inicial, que muitas vezes significaria deixar de fora o que vem de trás é grande e seria com certeza mais fácil de construir, mas o PS não foge das suas responsabilidades, assume o passado e continuarão a desenvolver os projetos já iniciados.

-----Também encontram nestes instrumentos, a visão de futuro para o concelho e com as quais se comprometeram com os torrienses no seu programa eleitoral e que foi maioritariamente votado. ---

-----Com seriedade basta analisarem nas Grandes Opções do Plano deste orçamento, todas as ações que lá estão inscritas, mas sabem que estão constantemente a aparecer obstáculos e novos desafios à governação e gestão autárquica, que muitas vezes não estão programados, veja-se o caso da pandemia que estão a viver.-----

-----Não fosse o caso de a gestão da autarquia ser feita sempre com respeito pelos rácios e equilíbrios financeiros, mantendo sempre as disponibilidades financeiras, por forma a responder aos desafios, e nunca o concelho de Torres Vedras teria tido a resposta pronta em tudo o que lhes foi solicitado para o combate a esta pandemia.-----

-----Incluiu na análise a capacidade de responder aos desafios de realização de novos projetos para os quais abrem candidaturas nacionais ou europeias e em que existe sempre uma componente



financeira própria, onde os executivos PS souberam e sabem estar à altura dos desafios e por isso este orçamento mantém mais uma vez o objetivo do equilíbrio financeiro, necessário e exigível, tal como podem observar pelo cumprimento rigoroso das regras legais sobre o endividamento.-----

-----Referiu que ao contrário do que alguns querem fazer passar, este orçamento está bem abaixo dos limites de endividamento autorizado legalmente e do lado da receita continua o cumprimento dos compromissos eleitorais do PS com os torrienses: manter a redução do valor do IMI, acrescentando uma diminuição do valor a pagar em função do número de filhos, manter os níveis do valor do IRS, criar um escalão em sede de derrama em que os valores a pagar são mais reduzidos, para além do alargamento das ARUS a quase todo o concelho e que permite isenções de taxas ao nível da reconstrução habitacional. -----

-----Prosseguiu frisando que estes instrumentos de gestão permitem uma total articulação entre as três entidades, Câmara Municipal, SMAS e Promotorres, porque só assim conseguem que o objetivo de construir uma melhor qualidade de vida para todos os torrienses possa ser atingido, seja na cidade seja no mais remoto lugar ou aldeia do concelho, que já os coloca dentro do top 10 dos melhores concelhos para viver, sendo este o grande desafio para o próximo ano e mandato. -----

-----De seguida indicou alguns programas e projetos que fazem parte deste orçamento: continuar a empreitada do Centro Escolar do Ramalhal e da Escola Básica da Freiria; iniciar a Construção da Escola Básica de Silveira e iniciar o projeto da Escola Básica de A-dos-Cunhados; Investir em equipamentos informáticos que permitam a realização de aprendizagem através do ensino à distância; reforçar, em parceria com a ARS de Lisboa e Vale do Tejo, a Rede das Unidades de saúde em áreas de baixa densidade com o desenvolvimento dos projetos das USF de Runa e do Ramalhal e iniciar a obra da USF de São Pedro da Cadeira; dar continuidade ao Protocolo com o Centro Hospitalar do Oeste; finalização da ponte e construção de rotunda em A dos Cunhados; continuar na prossecução da construção da ligação da A8 à área empresarial das Palhagueiras; Requalificar o edifício do Karting e do museu do Jurássico em Santa Cruz; Implementar a Estratégia Local de Habitação com a aquisição de imóveis e sua reabilitação e Construir residências universitárias no centro histórico e reabilitação do antigo edifício dos SMAS para as instalações da Escola Superior de Saúde em colaboração com o IPL. -----

-----Reforçou que foram estes os projetos que os torrienses votaram maioritariamente nas últimas eleições autárquicas, e que querem ver feitos, mas o PS estará sempre disponível para trabalhar com todos e abarcar os projetos de todos os que respeitem o legado que lhes foi deixado e queiram construir um futuro sustentável, responsável e exequível em conformidade com as competências da autarquia e com exequibilidade financeira apresentada. -----

-----Defendeu que é para isto que o executivo do PS trabalha todos os dias: equilíbrio, rigor, responsabilidade e respeito por quem nos elegeu. -----

-----Concluiu dizendo que para o PS estão perante um orçamento equilibrado que dá respostas ao programa que apresentaram aos torrienses e que ao mesmo tempo mantem as contas da autarquia saudáveis, considerando que estão perante bons instrumentos orçamentais para iniciar o mandato.

-----Antes de ser colocado o ponto à votação a **presidente da Câmara** esclareceu o deputado municipal Luis Carlos Lopes sobre a questão da Unidade de Comunicação e Marca informando que incluiu a Área de Produção de Eventos sendo nesta área que tem esse tipo de despesas.-----

-----A Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto nas alíneas a) e o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação deliberou por maioria de 22 votos a favor, 4 abstenções e 12 votos contra, aprovar os documentos previsionais para 2022 do Município de Torres Vedras – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal. -----

-----Anota-se que se abstiveram, Pedro Vaza, José Damas Antunes, António Ferreira dos Anjos e Renato Monteiro e votaram contra, Luís Carlos Lopes, Marta Geraldês, João Bastos, Ana Fiéis, Carlos Filipe, Pedro Castelo, Jorge Santos, Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho, Ilídio Santos, Humberto Gomes e Andreia Caldas. -----

## **1.2 - PROPOSTA N.º 74/CM/2021 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2022 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS - GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL:**

-----Presente ofício número 7863, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 10/12/2021 a remeter, em conformidade com o deliberado pelo Executivo nesta mesma data, os documentos em epígrafe.

-----A **presidente da Câmara** deu nota que é um orçamento de cerca de €19.502.402,00, que acresce 9% relativamente ao anterior, com a maior fatia de investimento a nível do saneamento, mas mantendo como nos anos anteriores, manutenção e reabilitação das redes de água e saneamento, reabilitação de reservatórios, alargamento da rede de telegestão, que vem sendo feita há alguns anos, de modo a aumentar a eficiência no controle das perdas e a telecontagem domiciliária. -----

----- Na área dos resíduos, destacou a renovação da frota e o desenvolvimento de iniciativas que permitam a redução da fração biodegradável entregue, o tratamento, através do incentivo à compostagem, à preparação e implementação da estratégia para recolha seletiva de bio resíduos.

-----No pessoal não há alteração ao número total, só situações de trocas no mapa de pessoal. -----

-----O **deputado municipal Jorge Santos**, destacou neste orçamento de €19.502.402,00 os valores das receitas correntes de €17.794.751,00, receitas de capital de €1.707.668,00, despesas correntes €17.579.135,00 e despesas capital €1.923.284,00 com as receitas correntes a financiar despesas de capital o que constitui um bom princípio, embora a margem seja quase impercetível. -----

-----Salientou que além disso ocorreu um aumento de 2 milhões de despesas correntes o que para os SMAS é uma enormidade, sem esquecerem que já contempla o aumento de 1% do custo da

água e o aumento de 25% das taxas de RSU, que mereceu o voto contra dos Unidos por Torres Vedras – Movimento Cívico.-----

-----Por outro lado, registou um aumento de projetos relacionados com a recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, em detrimento de investimento em projetos de água e saneamento.-----

-----Concluiu dizendo que os SMAS eram um exemplo na recuperação de perdas de água e tinham uma gestão financeira irrepreensível, todavia, com a passagem da área de RSU para os SMAS sem terem o devido equilíbrio financeiro, a Câmara cometeu um grave erro estratégico, pelo que também votarão contra o orçamento dos SMAS.-----

-----O *deputado municipal* **Pedro Castelo** após análise dos documentos também constatou acréscimo de receita nomeadamente através do aumento de 25% anunciado da TRS, aumento com custo de pessoal, curiosamente com os mesmos 291 trabalhadores, e considerou preocupante o resultado negativo de €1.005.892,00, apesar do aumento de receita, e por estas razões o CDS/PP irá votar contra.-----

-----A *deputada municipal* **Ana Teresa Carvalho** no que diz respeito aos valores orçamentados para os resíduos valorizáveis, percebeu que são valores muito reduzidos, tendo em conta que estes resíduos têm, a nível das taxas de gestão e de destino final, custos diminutos e nalguns casos zero.

-----No orçamento também não identificou ações ou iniciativas piloto ou outras medidas de desenvolvimento que demonstrem uma proximidade às melhorias de condições de gestão destes resíduos, e que terão reflexos em termos económicos e por seu lado evitariam que se estivesse a imputar aumentos de taxas de 25% na tarifa de resíduos como está a acontecer, pois os custos também podem ser minimizados se houver poupança e se as despesas com o destino final e com as taxas forem reduzidas, o que não é perceptível a não ser para os bio resíduos e com valores muito baixos.-----

-----Acrescentou que até à data desconhece projetos no município que reflitam uma diferenciação positiva em relação a quem tem boas ou más práticas na gestão de resíduos, sendo sua opinião que as pessoas precisam de ser sensibilizadas, mas também precisam de exemplos práticos, e nesse sentido quem faz uma correta separação de resíduos em sua casa ou na sua empresa, poderia ser positivamente apoiada em detrimento de quem não a faz.-----

-----Desta forma chamou a atenção que o Plano de Ação para a Gestão de Resíduos de Torres Vedras que de alguma forma se articula com o Plano Estratégico Nacional para a Gestão de Resíduos 2016/2020, tinha referências à redução da TRS de 50% em relação a quem fizesse compostagem e assim não percebe como podem aumentar 25% sem ter esta questão em consideração.-----

-----A *deputada municipal* **Marta Geraudes** disse que importava referir o aumento de 0,9 % na tarifa da água e 25 % na TRS que traz mais receita para os SMAS, e que está previsto um aumento de

700 mil euros no pessoal, para um número de trabalhadores inalterável, mas compulsados os documentos verifica-se que pretendem contratar, não estando esta intenção devidamente explicitada no orçamento. -----

-----Sugeriu que de futuro deveria vir mais detalhada a rubrica – outros trabalhos especializados - com cerca de 5 milhões de euros e que representarem 27% das despesas correntes, para perceberem a que cada área temática de trabalho pertence. -----

-----Por último considerou difícil alguém aprovar um orçamento que já sai de 2021 com um resultado negativo de 800 mil euros e prevê para 2022 um resultado negativo ainda superior de cerca de 1 milhão de euros, quando existe um aumento nas receitas por causa do incremento na tarifa da água e do saneamento. -----

-----Relativamente ao ponto em análise, e no que se refere ao deficit 800 mil euros, o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* sinalizou que o PSD sempre teve confiança no anterior diretor delegado dos SMAS, mas o deficit tem subido, podendo até ser coincidência, mas preocupa-os e relembrou que no mandato anterior aprovaram uma verba de 380 mil euros, para alugar 4 veículos de recolha e transporte de resíduos urbanos, por um ano, o que poderá não ter sido uma boa opção.

-----Não se registaram mais intervenções, tendo o presidente da Mesa colocado o assunto à votação.-----

-----A Assembleia Municipal em cumprimento do disposto nas alíneas a) e o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 22 votos a favor, 4 abstenções e 11 votos a favor aprovar os documentos previsionais para 2022 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras - Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal.-----

-----Anota-se que se se abstiveram, Pedro Vaza, José Damas Antunes, António Ferreira dos Anjos e Renato Monteiro e votaram contra, Luís Carlos Lopes, Marta Geraldês, João Bastos, Ana Fiéis, Carlos Filipe, Jorge Santos, Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho, Ilídio Santos, Humberto Gomes e Andreia Caldas.-----

### **1.3 - PROPOSTA N.º 75/CM/2021 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA, E DO REGULAMENTO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS:**-----

-----Presente ofício número 7864, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 10/12/2021 a remeter de acordo com o deliberado pelo Executivo nesta mesma data a proposta de alteração em título. --

-----A **presidente da Câmara** disse que não se trata de uma alteração substantiva, mas apenas de reorganização de algumas unidades e subunidades orgânicas em termos de competências com a correspondente renomeação. -----

-----O líder do grupo municipal dos Unidos por Torres Vedras – Movimento Cívico, **Jorge Santos**

disse que este movimento no início do mandato propôs à Câmara Municipal a criação de mais 2 Departamentos: Administrativo e Financeiro e Estratégia e Gestão de Infraestruturas. -----

----- Acrescentou que com a alteração, tiveram em mente permitir melhorar a qualidade dos serviços prestados à população, adequando a estrutura ao funcionamento das diversas organizações; promover a desburocratização dos serviços, modernizando-os, agilizando e acelerando a capacidade de resposta e a tomada de decisão e promover a responsabilização, motivação e valorização profissional dos colaboradores da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados e da Promotorres, mas esbarraram, desde logo, com a pretensa extemporaneidade desta alteração orgânica. -----

----- Concluiu anotando que nem um mês volvido e eis uma proposta de alteração, mas a que apresentaram não foi aceite, e na convicção que a proposta que apresentaram melhor salvaguarda os interesses e todas as partes envolvidas, votam contra. -----

----- Não se registaram mais intervenções passando-se de imediato à votação: -----

----- A Assembleia Municipal atenta a sua competência prevista na alínea m) do n.º 1 do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação deliberou, por maioria de 28 votos a favor, 2 abstenções e 7 votos contra, aprovar a alteração da estrutura orgânica, e do regulamento da estrutura orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras. -----

----- Anota-se se abstiveram António Ferreira dos Anjos e Renato Monteiro e votaram contra, Carlos Filipe, Jorge Santos, Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho, Ilídio Santos, Humberto Gomes e Andreia Caldas. Encontrava-se ausente Pedro Castelo que não participou na votação. -----

## **2 - PROPOSTA N.º 76/CM/2021 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO FINAL DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA CIDADE DE TORRES VEDRAS TVD-79:** -----

----- Presente ofício número 7865, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 10/12/2021 a remeter o projeto em título, em conformidade com o deliberado pelo Executivo nesta mesma data. -----

----- A **presidente da Câmara** fez uma breve apresentação do processo de operação de reabilitação urbana que se iniciou na sequência da aprovação em 2018 do ato de delimitação, dispondo as Câmaras Municipais de 3 anos para o efeito, após a entrada em vigor da ARU, e cujo prazo termina em janeiro de 2022. -----

----- Deu nota ainda que este tipo de projetos envolve muito trabalho, sendo feito por equipas muito pequenas e polivalentes e embora desejassem que tivesse vindo ao órgão deliberativo há mais tempo, tal não foi possível. -----

----- Aproveitando este assunto o *deputado municipal Rui Prudêncio*, solicitou no sentido de os deputados municipais serem informados quando algum projeto/programa entra em discussão pública, que lhes permitiria mais tempo para prepararem os temas. -----

----- O *deputado municipal João Bastos* disse que o projeto em causa está bastante bem feito e

estruturado, e que lhe apraz registrar que a Câmara Municipal se vai munir de projetos que se poderão candidatar ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).-----

-----Sobre os programas de investimentos públicos associados às Operações de Reabilitação Urbana sistemáticas realçou 3 grandes linhas: reabilitação/reformulação de infraestruturas públicas das quais enumerou algumas, deixando uma especial atenção ao Bairro Novo; requalificação de equipamentos, desde logo anunciando que discorda da requalificação do edifício da antiga Fonte Nova, localizado na rua Santos Bernardes, num hotel de charme, que a seu ver teria sido uma ótima ideia se fosse o privado a avançar, mas a Câmara Municipal não tem vocação para tal e pode dar outra utilização.-----

-----Assinalou que está omissa referência ao parque desportivo do Sizandro, para o qual a autarquia comprou terrenos, e até podendo associar num só projeto a requalificação do estádio que é municipal.-----

-----Por último realçou, a nível do melhoramento dos espaços verdes e requalificação das linhas de água, que está previsto a valorização da ribeira da Conquinha e o contínuo verde até ao Parque Verde e Choupal.-----

-----Prosseguiu indicando que era fundamental separar os investimentos nas infraestruturas públicas dos investimentos nos edifícios privados, para não repetir os erros do passado. No caso dos privados existe a redução de taxas do IVA a 6% e redução de IMI e IMT. No caso da habitação deve haver algum cuidado entendendo que a Câmara Municipal deve investir em sítios em áreas em que os edifícios estão degradados.-----

-----Em relação à proposta de simplificação e agilização da gestão urbanística na área da ORU, para as obras, no que respeita ao licenciamento de projetos de reabilitação dos privados acha fundamental que haja pragmatismo na apreciação, considerando importante que os técnicos que estão afetos a esta operação também apreciem os projetos de reabilitação.-----

-----A *deputada municipal **Andreia Caldas***, interveio no sentido de questionar que tipo de ações/objetivos específicos se propõe o município fazer para justificar os valores previstos para a Av. General Humberto Delgado, (€ 7.00.000,00) e Museu Leonel Trindade (€4.000.00,00).-----

-----A ***presidente da Câmara***, explicou que os valores apontados são previsionais, adiantando que quanto ao museu da cidade pretende-se fazer uma requalificação profunda, pois está muito degradado em termos estruturais assim como na museologia, e pretende-se também a requalificação da Av. General Humberto Delgado.-----

-----Concluídas as intervenções o ***presidente da Mesa*** submeteu o assunto à votação:-----

-----A Assembleia Municipal ao abrigo da sua competência prevista no n.º 1 do art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, na sua atual redação, deliberou por maioria de 32 votos a favor, 2 abstenções e 4 votos contra aprovar o projeto final da Operação de Reabilitação Urbana da cidade

de Torres Vedras TVD-79. -----

-----Anota-se que se abstiveram os deputados Andreia Caldas e Carlos Filipe e votaram contra Jorge Santos, Ana Teresa Carvalho, Ilídio Santos e Humberto Gomes.-----

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**ENCERRAMENTO:**-----

-----Pelos 24.00 horas, o Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

---

---

---